

Nesta edição

- Plano de Trabalho da CTMA
- Avaliação da concepção do Programa Segundo Tempo
- Aprovação de Projetos de grande vulto
- Informes

Reuniões da CMA

- 16ª reunião: 3 de agosto
- 17ª reunião: 4 de agosto
- 18ª reunião: 16 de agosto
- 19ª reunião: 22 de agosto

Sítios Institucionais

[Ministério do Planejamento](#)

[SPI](#)

[SOF](#)

Sítios indicados

[CMA](#)

[Modelo de Gestão do PPA](#)

[Avaliação do PPA](#)

[Cadastro de Ações](#)

Principais Documentos

Portaria Interministerial nº 10/MP/MF/CC, de 11 de janeiro de 2005

Instituiu a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (CMA)

Portaria nº 67/MP, de 11 de abril de 2005

Aprova o regimento interno da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (CMA)

Plano de Trabalho da CTMA

No dia 23 de agosto houve reunião da CTMA para discutir o plano de trabalho relativo ao 2º semestre de 2006/1º semestre de 2007. Na ocasião fez-se uma retrospectiva em relação aos trabalhos já realizados no âmbito da CTMA: aprendizado e nivelamento conceitual, preparação de roteiro de avaliação rápida, levantamento de experiências de avaliação no Governo Federal e simplificação do Plano Gerencial.

Na reunião informou-se sobre o novo cronograma, o trabalho já realizado e os próximos passos da avaliação do Programa Segundo Tempo. Além disso, tratou-se sobre o andamento da elaboração do Termo de Referência para avaliação do Programa Qualidade dos Serviços Previdenciários.

Tratou-se ainda sobre a realização de duas oficinas para discussão do Sistema de Monitoramento e Avaliação, sendo uma com integrantes da CTMA (previsão: 21/9) e outra com os membros das Unidades de Monitoramento e Avaliação – UMA (previsão: 4 e 5/10). O resultado das oficinas realizadas com a participação das Unidades de Monitoramento e Avaliação – UMA em 2005 e a oficina ocorrida com os membros da CTMA em abril deste ano subsidiarão a montagem das novas iniciativas.

Outros aspectos tratados na reunião referem-se aos canais de comunicação e à capacitação, ambos em andamento. Os canais referem-se, por exemplo, ao relatório de restrições (mensal), ao Relatório Dinâmico de Monitoramento do SIGPLAN (mensal) e a estatística de validação das metas Físicas (trimestral). Produtos como o Módulo Sociedade do SIGPLAN e o Monitoramento em Números encontram-se em fase de efetivação. Em relação à capacitação, até agosto foram 442 pessoas capacitadas, havendo previsão de mais 500 até dezembro.

Foi discutido ainda a elaboração do Guia de Avaliação Rápida, com base nos resultados da avaliação do Programa Segundo Tempo, a ser concluída em 2007.

Avaliação da Concepção do Programa 2º Tempo

Foi dado prosseguimento às atividades de validação de metodologia de avaliação, com base no “Roteiro para Orientar a Realização de Avaliação Rápida de Programas”, desenvolvido pelos integrantes da CTMA. Nos dias 9 e 10 de agosto realizou-se oficina com a equipe do Programa Segundo Tempo, tendo inclusive a participação do Secretário Sr. João Ghizoni da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, para pré-montagem do modelo lógico. O resultado do encontro foi sistematizado para subsidiar a conclusão do Modelo Lógico, por meio da oficina dos dias 14 e 15 de agosto, conduzida por Martha Cassiolato e Ronaldo

Resolução nº 2/CMA, de 17 de agosto de 2005

Estabelece critério para reavaliação de projeto aprovado na CMA

Resolução nº 3/CMA, de 16 de março de 2006

Projetos que foram dispensados de análise de viabilidade técnica e socioeconômica para inclusão no cadastro de Programas e ações do PPA para 2007.

Resolução nº 4/CMA, de 03 de maio de 2006

Cria Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de subsidiar a CMA na implantação de diretrizes metodológicas de Avaliação Ambiental Estratégica – AAE no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

Resolução nº 5/CMA, de 07 de junho de 2006

Trata da exigência mínima de informações a serem encaminhadas para a análise de projetos de grande vulto das estatais.

Sobre o Sistema de Monitoramento e Avaliação

Sistema de Monitoramento e Avaliação
Fornecer informações sobre o Sistema de Monitoramento e Avaliação, assim como permite o acesso a documentos e boletins de edições anteriores.

<http://www.planobrasil.gov.br/>

Coutinho, ambos do Ipea.

O estágio atual da iniciativa revelou que a avaliação limitar-se-á aos aspectos da concepção do Programa. Além disso, optou-se por reduzir o escopo das localidades a serem visitadas na investigação da realidade do programa. A princípio, haverá visita a iniciativas desenvolvidas no entorno do Distrito Federal, com previsão de conclusão desta etapa no dia 17 de novembro.



Servidores da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, do Ipea e da SPI em 15 de agosto na sala de reunião do 16º andar do edifício do Ipea.

Aprovação de Projetos de Grande Vulto

Realizaram-se no mês de agosto de 2006 as quatro últimas reuniões da CMA antes do encerramento do ciclo de elaboração do PLOA 2007 e da revisão final do PPA 2004-2007.

Na décima sexta reunião, no dia 3, foram analisados pleitos dos Ministérios da Defesa (MD), de Minas e Energia (MME) e da Saúde (MS). Do MD, foi apreciada solicitação de dispensa de análise de viabilidade técnica e socioeconômica para projetos referentes à construção e à modernização de navios e submarinos. Dado o elevado volume de recursos envolvidos nessas ações – cerca de R\$ 6 bilhões –, a Comissão decidiu manter a exigência de apresentação dos estudos de pré-viabilidade. Porém, sensível às questões de segurança e estratégia, a CMA permitiu que fossem realizadas as devidas adaptações que permitissem avaliações qualitativas desses projetos.

Em relação ao MME, foram analisados projetos presentes nas LOA 2005 e 2006, mas sem execução até o final de 2005. Foi aprovado o projeto de implantação da segunda fase da Usina Termelétrica de Três Lagoas (MS), de interesse da Petrobras, e de valor estimado de mais de R\$ 290 milhões. Também foi liberada a programação orçamentária da interligação dos sistemas isolados ao Sistema Rio Branco, projeto que teve seu custo total reduzido para menos de R\$ 34 milhões.

No que se refere ao MS, foi aprovado o projeto de implantação da nova sede do Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia (Into), no Rio de Janeiro. Não obstante, o Plenário da Comissão ressaltou a importância da descentralização desse serviço, ao longo do tempo, para estados e municípios, conforme as diretrizes do SUS.

Um segundo projeto do MS foi analisado na 17ª reunião, em 4 de

agosto. Foi aprovada a implantação da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia, de interesse da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás.

Também na 17ª reunião, foi aprovado o projeto de implantação do Centro Espacial de Alcântara, da Agência Espacial Brasileira (AEB), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O custo total estimado para o caminho crítico do projeto é de quase meio bilhão de reais.

Em relação ao Ministério dos Transportes, houve manifestação desfavorável à inclusão, nos Orçamentos da União, do projeto de construção do sistema viário interno (acesso rodoferroviário) e dragagem do canal de acesso no porto interno de Suape, em Pernambuco.

No dia 16 de agosto, em sua 18ª reunião, a CMA aprovou três projetos ferroviários na Bahia, em Alagoinhas, Santo Amaro e entre Araújo Lima e Camaçari. Em relação a eles, a Comissão destacou a necessidade de se verificar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, em negociação entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres e o concessionário. Foram aprovados ainda os projetos de recuperação do molhe norte do porto de Itajaí, em Santa Catarina, de adequação de contorno rodoviário na BR-101, em Vitória, e de construção do anel rodoviário do Rio de Janeiro, na BR-493, no trecho que vai do entroncamento com a BR-040 até o entroncamento com a BR-101.

Finalmente, na 19ª reunião, em 22 de agosto, a CMA aprovou projetos de contorno ferroviário em Araraquara (SP) e Joinville (SC). Também manifestou-se favoravelmente à inclusão, nos Orçamentos, do projeto de implantação do trecho Araguaína–Palmas da Ferrovia Norte-Sul. Para o Rio Grande do Sul, foram aprovados dois projetos: a adequação de capacidade da BR-392, no trecho Pelotas–Rio Grande, e um conjunto de obras no complexo rodoviário da região metropolitana de Porto Alegre, na BR-116. Além disso, dada a necessidade de obras emergenciais, a CMA dispensou de análise o projeto de recuperação dos molhes de abrigo do porto de Imbituba, em Santa Catarina.

Dessa forma, em 2006, a CMA aprovou 25 projetos para inclusão nas leis orçamentárias anuais, sendo 14 pertencentes à esfera fiscal e 11, ao orçamento de investimento das estatais. Os projetos somam investimentos de mais de R\$ 17 bilhões de reais, a serem executados em prazos que variam de quatro meses a seis anos e meio.

Informes

Após discussões com membros da CTMA e da Unidade de Coordenação de Projeto - UCP, o termo de referência relativo à avaliação do Programa Qualidade dos Serviços Previdenciários foi encaminhado ao Banco Mundial no dia 18 de agosto para não-objeção.

Fale conosco:

sua crítica, opinião e sugestão são importantes.
Participe!

avaliacaoppa@planejamento.gov.br
